



DOI: 10.33947/1980-6469-V17N2-4688

APRENDIZAGEM DA CIDADANIA POR INTERMÉDIO DO USO DO TERRITÓRIO

CITIZENSHIP LEARNING THROUGH TERRITORY USE

Thiago Carandina¹, Manoel Lemes da Silva Neto²

Submetido em: 30/04/2021

Corrigido em: 21/03/2022

Aceito em: 25/04/2022

RESUMO

O exercício pleno da cidadania tem se tornado grande desafio para os atores do processo de ensino-aprendizagem, em especial, em países como o Brasil em que a condição de cidadão tem sido constantemente mutilada pelo não acesso aos direitos garantidos pela constituição: saúde, educação, habitação, entre outros. Aprender a praticar direitos demandam esforços transversais e interdisciplinares que contribuam para a formação do cidadão pleno, inteiro. O presente trabalho tem como objetivo refletir e argumentar quanto à condição de aprendizagem da cidadania poder ser mediada pelo uso do território – território usado, pela prática social e pela cultura. Em princípio, tais elementos produzem pré-condições históricas para o indivíduo praticar ações políticas nos lugares em que estão, isto é, institucionalizar cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Aprendizagem. Território usado.

ABSTRACT

The full exercise of citizenship has become a major challenge for the actors in the teaching-learning process, especially in countries such as Brazil, where the condition of citizens has been constantly mutilated by the lack of access to the rights guaranteed by the constitution: health, education, housing, among others. Learning to practice rights requires transversal and interdisciplinary efforts that contribute to the formation of the full, whole citizen. The present work aims to reflect and argue as to the condition of citizenship learning to be mediated by the use of the territory - used territory, by social practice and by culture. In principle, such elements produce historical preconditions for the individual to practice political actions in the places where they are, that is, to institutionalize citizenship.

KEYWORDS: *Citizenship. Learning. Used territory.*

¹ Doutor. Centro Universitário Campo Limpo Paulista. E-mail: carandinath@hotmail.com

² Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: ladeur@ladeur.com.br



1 INTRODUÇÃO

Possivelmente, um dos grandes desafios colocados pela educação e ensino-aprendizagem no mundo contemporâneo, em especial, na atual sociedade da informação e em contextos de países de economias dependentes, como o do Brasil, é aprender a exercitar direitos, especialmente o da cidadania plena e ativa (FREIRE, 1967). Esforços de muitos estudiosos vão à direção de como a aprendizagem pode contribuir com o processo de formação da cidadania (PADILHA et al., 2011; FERREIRA, 1993; VALE, 2000). Tema, por excelência, transversal e interdisciplinar, quando associado à noção de “território usado” (SANTOS, 1999), possibilita explicar e simultaneamente propor a insurgência de uma espécie particular de cidadania “ativa”, territorializada, com grande poder de transformação social. É o ponto de partida, a hipótese discutida nesse trabalho.

Em tempos em que a tecnologia e a informação desempenham papel central na compreensão do mundo e se constituem variáveis-chave para explicação da “reflexividade contemporânea” (GIDDENS, 1994), o tema da cidadania é vital na própria formação do indivíduo (TOFFLER, 1995; ROCHA, 2000) e do educador, esse “trabalhador do conhecimento” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Nessas circunstâncias, a Problematização do presente artigo diz respeito à aprendizagem da condição de cidadania que pode, em princípio, ser mediada pelo uso do território (SANTOS, 1994), pela prática social e pela cultura (RIBEIRO, 2005).

O objetivo principal é estabelecer conexões teórico-metodológicas entre o problema abordado e os objetivos deste periódico. O plano, apresentar e discutir o território usado como mediação essencial na aprendizagem e apreensão do mundo concreto. No âmbito da teoria social crítica, esse conceito tem ocupado centralidade nas ciências sociais e humanas (SANTOS, 1996) envolvendo também outras áreas de conhecimento, como a saúde pública (KAREL, 2002). As análises e as ações são radicalmente orientadas ao exercício da democracia (SANTOS, 2002), às solidariedades (SANTOS, 1994; DURKHEIM, 2008) capazes de produzir um projeto político de nação.

Para Santos (2005), o território, conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, comporta também territorialidades possíveis de serem produzidas pelo uso e pela apropriação dos espaços por diferentes agentes. Para o autor, o território não é formado apenas pelo Estado e não está restrito somente à dimensão política. A explicação do território não se esgota com a demarcação espacial delimitada pela política do Estado, mas também, e especialmente, por relações econômicas e sociais, incluindo-se, entre elas, o plano da cultura. A dialética entre os agentes do território – firmas (empresas privadas, sociedades anônimas, sociedade de economia mista, sociedades limitadas que têm função de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias e serviços), instituições, pessoas e o próprio Estado – é discutida por Santos (1994) como território usado.

Com esses elementos, o presente artigo estrutura-se em duas partes. Primeiramente, busca-se apresentar, em linhas gerais, os elementos de análise: aprendizagem e cidadania, cidadania como instituição, configuração cultural e território usado. Depois, a indicação de práticas sociais concretas que, direta ou indiretamente, resultam desses princípios.

APRENDIZAGEM E CIDADANIA

Para Freire (1967), a cidadania passa pelo processo de conscientização, em que o sujeito, consciente, estabelece o agir e o estar do ser humano no mundo, refletindo que tipo de cidadania ele assumirá na sociedade. A aprendizagem é fundamental no processo de transição das sociedades fechadas rumo às sociedades abertas. Nestas, as informações não estão restritas a alguns, mas, compartilhadas por todos; importa-se a convivência comunitária democrática e valorizando o diálogo e o pensamento crítico e em oposição a formas de vida quietas e discursivas.

O conhecimento na dimensão humana (...) não é um ato, através do qual, um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que o outro lhe oferece ou lhe impõe. O conhecimento exige uma posição curiosa do sujeito frente ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Exige uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o



mesmo ato de conhecer pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se, assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que seu ato está submetido. Conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos. E é, como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (FREIRE, 2002, p. 27).

Nessa discussão, é possível estabelecer aproximações importantes entre a pedagogia de Paulo Freire e a geografia de Milton Santos. A aprendizagem, caracterizada como um processo dialógico, é estabelecida por intermédio da liberdade do sujeito produzindo interações que aumentam e favorecem a criação de sentido pessoal e social guiados por sentidos de solidariedade e igualdade (AUBERT et al., 2008). Esse processo dialógico de aprendizagem tende a ser caracterizado pelo diálogo do sujeito com seu território, com o uso do território.

Os “de baixo” não dispõem dos meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos se das organizações (SANTOS, 2003, p. 144-145).

Desse modo, o processo de aprendizagem da cidadania pode contar, amparado no território compreendido como instância ativa da sociedade, um processo concreto e possível de ser socialmente apropriado. Isto é, aprendizagem ajustada à vivência e ao cotidiano do indivíduo naquele território estabelecendo uma relação de solidariedade com os vários sujeitos envolvidos, contribuindo para a independência dos sujeitos por intermédio do exercício de sua cidadania.

Configuração cultural

A configuração cultural é caracterizada pelas especificidades de uma cultura e se origina do inter-relacionamento das partes dessa mesma cultura. A visão do todo, em relação à cultura, em que as partes se relacionam de modo dependente, permite perceber que as mudanças ocorridas em um fragmento tendem a influir nos demais elementos do sistema. Os costumes, os valores, as crenças e princípios, assim como a interação do indivíduo com seu meio e seu território, unem-se, indissociavelmente, não podendo ser analisados em separado (MARCONI, 2007).

Ribeiro (2000) aceita que as novas relações de produção, tanto técnicas quanto sociais, deixam a margem os valores que conduzem à ação social e também a configuração cultural das relações de poder. Os espaços, assim reproduzidos pelas novas tecnologias, possibilitam generalizações de tendências socioculturais.

Território usado/praticado

No atual período popular da história, como diria Milton Santos, é que surge a possibilidade de projetos possíveis e mais atentos ao comum. Um período, ao contrário dos demais, que anuncia que as ordens estarão a serviço da política e não mais da economia (SILVA NETO, 2013).

Nesse novo projeto, “as pessoas constituiriam a principal preocupação, um verdadeiro período popular da história, já entremostrado pelas fragmentações e particularizações sensíveis em toda a parte devidas à cultura e ao território” (SANTOS, 2017, p. 119).

Neste cenário, o território usado, proposto por Milton Santos, é o palco onde tudo acontece, na “dialética do mundo”, lugar de moradia de todos, onde reside a realidade concreta (SILVA NETO, 2013).



Diferentemente do território, como formas, o “território usado” são os objetos e ações, lugar do espaço habitado, do espaço humano. Silva Neto (2013) descreve que, em sua inteireza, melhor seria mencionar “território-espaço humano” e não uma simples convergência disciplinar.

No que tange política pública para todos, como apresentada pela presente tese, o território usado constitui-se como categoria central para análise de políticas públicas de caráter territorial.

“Território usado” (SANTOS, 2017) é um conceito que surge da interpretação do presente histórico em direção a perspectivas libertárias e projetos sociais inovadores.

É, por isso, orientação teórico-metodológica indispensável para reconhecer que o advento da globalização também produz pré-condições históricas ao surgimento de um novo tipo de globalização, um período popular ou demográfico (SILVA NETO, 2013).

Milton Santos propõe a compreensão do território usado com um “campo de força, como o lugar do exercício de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e mercado, entre o uso econômico e uso social dos recursos (SANTOS, 1999, p. 19).

Não é estático, mas sim uma totalidade em movimento que se contrapõe a ideias de fragmentação. Uma instância ativa da sociedade que condiciona tudo para todos. Sendo território usado, o território para todos, é, então, o território da banalização (SILVA NETO, 2013).

Ou seja, o território que não exclui. Pelo contrário, é a base para uso extensivo de todos os cidadãos, de todos, da sociedade e das empresas. É, portanto, o território praticado pelas experiências humanas, incluindo também os “homens lentos” (SANTOS, 1994, p. 91).

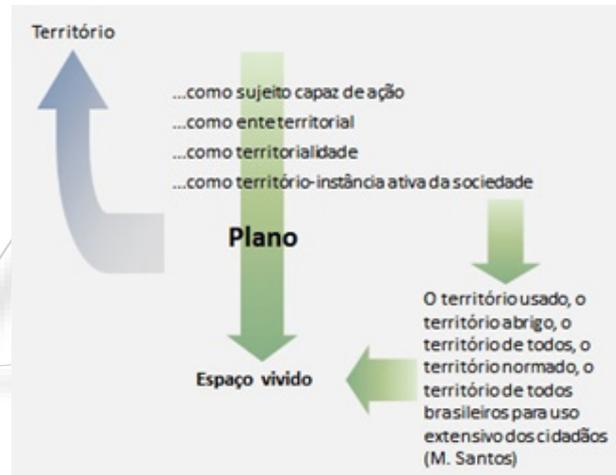
Marx pensou em um futuro livre e para usufruto da maioria. E sendo o território usado, uma instância ativa da sociedade, estimula-se a natureza ativa do intelectual anônimo em sua busca por possíveis históricos. (NETO; OLIVEIRA; CARANDINA, 2019).

O território, considerado como espaço de todos e como todo espaço, não pode ser visto como pontos mensuráveis ou como uma fórmula matemática entre tempo e distância. Não se reduz a um dado topográfico. É, antes de mais nada, um campo indissociável de formas naturais e artificiais que impulsiona a produção de grandes densidades técnicas, informacionais e, por consequência, normativas. A ação humana é a dimensão que importa relevar tanto na análise, quanto na prática. O território é a instância ativa da sociedade e inclui, simultânea e inseparavelmente, a ação social, das instituições e empresas. Daí o dinamismo do território expressar intencionalidade, forças e conflitos. Essa arena, em que se relacionam fatores de todas as ordens, de forças desiguais é o que contribui para os acontecimentos, situações. Constituem o território usado (SILVEIRA, 2011).

Para Santos (1996), o entorno no qual se instalam as formas naturais e artificiais, assim como, as relações compulsórias ou espontâneas, sentimentos, valores e ideias é que determina o valor real, criando novas localizações, divisões de trabalho e formas de cooperação.

O território usado é a consonância entre o território e o comportamento dos indivíduos neste território (Figura 1). Por isso a definição do território enquanto sujeito capaz de agir como um ente ativo da sociedade. É o território usado, o abrigo de tudo e todos para uso extensivo a todos os cidadãos.

Figura 1: Território e comportamento do indivíduo



Fonte: Autores

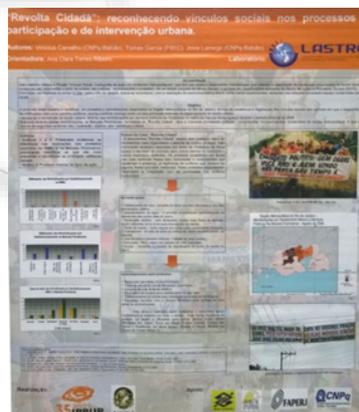
A sociedade é indissolvelmente, territorialmente apreendida junto aos objetos e ações que a animam. E é o uso do território, não as formas, que o torna “objeto da análise social”. A proposta é que o território não seja considerado categoria de análise. “A categoria de análise é o ‘território usado’” (SANTOS, 1994).

Práticas sociais concretas

Por hipótese, esse posicionamento metodológico abre possibilidades para se entrelaçar outras lógicas coerentes, porém ocultadas, que convivem dialeticamente com as racionalidades da globalização e o processo de aprendizagem. Essa abordagem é especialmente importante na experiência pedagógica (ELIAS, 2002). Quando a dimensão territorial é considerada nesses processos, surgem novas proposições e práticas educativas com a virtude de estreitar a relação indissociável entre teoria e práxis. Entre ensino, aprendizagem e cotidiano comum.

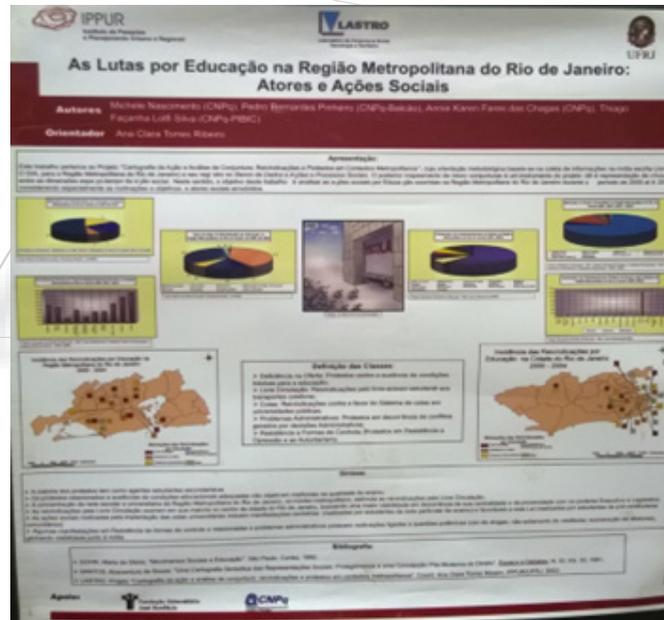
Como forma de contribuir com a discussão, o Laboratório da Conjuntura Social: Tecnologia e Território (LASTRO), tem desenvolvido pesquisas direcionadas a aplicação dessas ideias em experiências concretas de práticas sociais que envolvem o aprendizado do uso do território. Por exemplo: “Revolta Cidadã: reconhecendo vínculos sociais nos processos de participação e intervenção urbana” (Figura 2) e “As Lutas por Educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Atores e Ações Sociais” (Figura 3).

Figura 2: Revolta Cidadã: reconhecendo vínculos sociais nos processos de participação e intervenção urbana



Fonte: Rede Lastro

Figura 3: As Lutas por Educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Atores e Ações Sociais



Fonte: Rede Lastro

Considerações Finais

O processo de desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas produziu condições para produção estrutural e política de um país distanciando o indivíduo em estado pleno de cidadania, limitando e mutilando seus direitos garantidos pela Constituição. Ribeiro (2005) relata a importância da insurgência de práticas socialmente necessárias de concepção anterior à visão de hegemonia do mercado. Estas, e seu aprendizado, são portadoras de raízes mais profundas que não correspondem às práticas modernizadoras em que o processo de negociação é uma conquista e uma tentativa de destruição do “outro”. Por hipótese, aprendizagem da cidadania por intermédio do uso do território privilegia contextos que resistem e se contrapõem ao pensamento hegemônico.

Com o triunfo do “ente mercado”, a condição do indivíduo dotado de direitos foi sistematicamente pisoteada, colocando o modelo cívico como subserviente do modelo econômico. O que se assistiu, e ainda se assiste, foi o cenário de vantagens dos que possuem condições de consumo, mutilando a condição de cidadão dos “cidadãos”. Em uma democracia verdadeira, o modelo econômico se subordina ao modelo cívico que, por sua vez, é formado por dois componentes: a cultura e o território (SANTOS, 2011).

O indivíduo completo é dado pelo seu entendimento de mundo, sua situação no mundo e sua consciência de que é ou não cidadão, sabendo que poderia ser com seus direitos. Com Milton Santos, conclui-se que o desprezo dos contextos nos leva a concluir que no Brasil não existem cidadãos (SANTOS, 1987).

Outra conclusão. A cidadania, diria esse autor, é mutilada em suas várias formas. No trabalho, na remuneração, nas oportunidades, na moradia, na circulação e na educação. Por isso a insistência de que a produção de sentidos, na teoria e na prática, tenha que ser mediada por uma aprendizagem que reforce a noção de território usado.

Do processo, resulta uma dinâmica dialógica de aprendizagem na qual o indivíduo está em permanente imersão nos lugares lá, onde estão, junto a seus pares.

REFERÊNCIAS

- AUBERT, A. et al. Aprendizaje dialógico em la sociedad de la informacion. Barcelona: Hipati, 2010.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Ecologia da informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.
- DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. Tradução de Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FERREIRA, N. T. Cidadania – uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GIDDENS, A. "Living in a post-traditional society. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Reflexive modernization. Cambridge: Polity, 1994.
- KAREL, K. Dialética do concreto. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.
- MARCONI, M. A. Antropologia: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- PADILHA, Paulo R. et al. (Orgs). Educação para cidadania planetária: currículo interdisciplinar em Osasco. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- RIBEIRO, A. C. T. La naturaleza del poder: técnica y acción social. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v.4, n.7, p.13-24, 2000.
- RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. Anais [...] do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.
- ROCHA, M. P. C. A questão cidadania na sociedade da informação. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, 2000.
- SANTOS, B. S. Democracia e participação. Porto: Afrontamento, 2002.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2017.
- SANTOS, Milton. O espaço da cidadania e outras reflexões. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Caderno IPPUR, Rio de Janeiro, p. 15–26, 1999
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.



SILVA NETO, Manoel Lemes da. Território usado e práticas socialmente necessárias: bases conceituais para a interpretação do mundo contemporâneo e para a formulação de políticas territoriais. In: XV Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Recife: Anais [...] do XV ENANPUR: desenvolvimento, planejamento e governança, 2013. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:EsPe_JmgeOQJ:anais.anpur.org.br/inde

SILVA NETO, Manoel Lemes da; OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves De; CARANDINA, Thiago. Políticas e práticas territoriais socialmente necessárias. Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, [S. l.], v. 7, n. 47, 2019. DOI: 10.17271/2318847274720192097.

SILVEIRA, M. L. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. Ciência Geográfica, Bauru, v. XV, n. 1, 2011.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. Criando uma nova civilização: a política da terceira onda. Rio de Janeiro: Record, 1995.

VALLE, L. V. O Mesmo e o Outro da Cidadania. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.